

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Dos Srs. Ilário Marques, Marcelo Castro, Carlos Sampaio, Sérgio Zveiter, Esperidião Amin, Anthony Garotinho, Júlio Delgado, Ronaldo Caiado, André Figueiredo, Arnaldo Faria de Sá, Roberto Freire, Rosane Ferreira, André Moura, Cléber Verde, Daniel Almeida, Chico Alencar, Luis Tibé, Áureo, Chico das Verduras, José Humberto, Dr. Grilo e Fernando Francischini)

Altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995), e da Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

Art. 2º Os artigos adiante enumerados da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 175

.....

§ 3º *Serão nulos, nas eleições majoritárias, para todos os efeitos, os votos dados a candidatos inelegíveis ou não registrados.*

§ 4º *(Revogado). (NR)*”.



77D4F44151

“Art. 224. Se forem anulados pela Justiça Eleitoral os votos do candidato mais votado nas eleições majoritárias, julgar-se-ão prejudicadas as votações dos demais candidatos, e o Tribunal marcará novas eleições no prazo de quarenta e cinco a sessenta dias.

..... (NR)”.

“Art. 257. Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo, salvo se interpostos tempestivamente contra decisão judicial de primeiro grau.

..... (NR)”

“Art. 262. O recurso contra a expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se superveniente a inelegibilidade surgida entre a data do registro de candidatura e a da eleição. (NR)”

Art. 3º Os artigos adiante enumerados da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

§ 1º O partido comunica à Justiça Eleitoral a constituição de seus órgãos de direção e os nomes dos respectivos integrantes, bem como as alterações que forem promovidas, para anotação. (mantida a redação do atual parágrafo único).

§ 2º O registro das alterações dos órgãos de direção nacional, estadual e municipal, bem como de seus respectivos livros contábeis, deve ser feito no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de suas respectivas circunscrições. (NR)”.

“Art. 22.

.....

V – filiação a outro partido.



77D4F44151

Parágrafo único. Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais recente, devendo a Justiça Eleitoral determinar o cancelamento das demais. (NR)”.

“Art. 32.

.....

§ 3º (Revogado)”

“Art. 31.

.....

II – órgãos públicos, ressalvadas as dotações referidas no art. 38;

Parágrafo único. É permitida a doação espontânea a partidos políticos, nos termos dessa Lei, por pessoas físicas, independentemente da existência de filiação partidária ou do exercício de cargo ou função pública. (NR)”

“Art. 34.

.....

§ 1º O órgão interno da Justiça Eleitoral responsável pelo exame das contas partidárias deverá apenas identificar a origem das receitas e a destinação das despesas com as atividades partidárias e eleitorais, mediante o exame formal dos documentos contábeis e fiscais apresentados pelos partidos políticos, sendo vedada a análise das atividades político-partidárias.

§ 2º O partido disporá de todos os meios legais para provar que sua prestação de contas reflete adequadamente a real movimentação financeira.

§ 3º Para efetuar os exames necessários ao atendimento do disposto no caput, a Justiça Eleitoral pode requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União ou dos Estados, pelo tempo que for necessário. (redação do atual parágrafo único do artigo). (NR)”

“Art. 36.



77D4F44151

.....

II – no caso de recebimento de recursos mencionados no art. 31, o partido deverá transferir, em até quinze dias, o valor recebido ao Fundo Partidário, sob pena de ter suspensa a participação no referido Fundo por até um ano.

..... (NR)”.

“Art. 37. A falta de prestação de contas implica a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei.

.....

§ 2º As sanções a que se refere este artigo serão aplicadas exclusivamente à esfera partidária responsável pela irregularidade, devendo ser cumpridas após o trânsito em julgado da decisão que rejeitar as contas.

§ 3º A desaprovação total ou parcial das contas do partido implicará exclusivamente o desconto, nas futuras quotas do Fundo Partidário, da importância considerada irregular, e em multa de até dez por cento desse valor, desde que a prestação de contas seja julgada pelo juízo ou tribunal competente até cinco anos de sua apresentação, devendo a sanção ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de um a doze meses.

§ 3º-A. A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário não será executada durante o segundo semestre do ano em que se realizarem eleições.

.....

§ 7º Erros formais ou materiais que no conjunto da prestação de contas não comprometam o conhecimento da origem das receitas e a destinação das despesas, não acarretarão a desaprovação das contas.

§ 8º No caso de desaprovação das contas de órgão estadual ou municipal, cabe ao órgão nacional do partido político cumprir a sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário ou de desconto da importância apontada como irregular, trinta dias após o recebimento da comunicação da decisão do Tribunal Regional Eleitoral. (NR)”.

“Art. 39.



77D4F44151

§ 1º *As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta do partido, com identificação do doador, por meio de:*

I - cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos;

II - depósito em espécie;

III - mecanismo em sítio do partido na internet, permitido inclusive o uso de cartão de crédito ou débito.

.....

§ 6º *Ficam as instituições bancárias obrigadas a identificar, nos extratos bancários das contas correntes dos partidos políticos, o CPF ou o CNPJ do doador.*

§ 7º *A comprovação de doações será realizada mediante a apresentação de extratos da movimentação financeira de contas pertencentes aos partidos, dispensada a utilização de recibos para essa finalidade. (NR)”.*

“Art. 43.

Parágrafo único. A Justiça Eleitoral deverá encaminhar ao Banco Central do Brasil, no mês de maio de cada ano, a relação das contas bancárias em que os partidos políticos movimentam os recursos do Fundo Partidário, as quais não podem constar do sistema de bloqueio judicial. (NR)”

“Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário são impenhoráveis e serão aplicados:

I – na manutenção das sedes, no desempenho das atividades político-partidárias e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, observado neste último caso o limite de 50% (cinquenta por cento) do total recebido;

.....

IV – na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, cinco por cento do total recebido;



77D4F44151

.....

VI – no pagamento de multas e débitos imputados judicialmente ao partido, inclusive os decorrentes de processos de prestação de contas.

.....

§ 6º No caso de repasse às instâncias partidárias estaduais e municipais, os órgãos respectivos serão responsáveis pela utilização e prestação de contas dos recursos do Fundo Partidário, de acordo com o limite previsto no inciso I. (NR)”

“Art. 45.

.....

§ 1º Fica vedada, nos programas de que trata este Título:

I – (Revogado);

..... (NR)”.

“Art. 46.

§ 1º As transmissões serão em bloco, em cadeia nacional ou estadual, e em inserções de trinta segundos ou um minuto, nos intervalos da programação normal das emissoras, sendo vedada a veiculação de propaganda repetida no mesmo intervalo.

..... (NR)”

Art. 4º Os artigos adiante enumerados da Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se os artigos 11-A e 81-A:

“Art. 7º

.....

§ 1º-A. As normas a que se refere o caput não se confundem com as diretrizes partidárias formuladas conforme o contexto eleitoral de cada pleito, especialmente no que se refere à formação de coligações e



77D4F44151

escolha de candidatos, sendo estas de observância obrigatória por todas as instâncias partidárias, desde que aprovadas pelo órgão de direção nacional do partido e comunicadas ao Tribunal Superior Eleitoral até trinta dias antes do início do prazo para realização das convenções.

§ 2º Se a convenção partidária de nível inferior contrariar as normas estatutárias ou as diretrizes estabelecidas e aprovadas nos termos do § 1º-A, poderá o órgão de direção nacional anular a deliberação e tornar sem efeito os atos dela decorrentes.

.....(NR)”.

“Art. 11.

§ 1º

.....

IX – (Revogado)

.....

§ 3º O juiz determinará a intimação prévia do partido ou coligação e do candidato, para que se manifestem no prazo de setenta e duas horas sobre irregularidades verificadas no pedido de registro.

§ 3º-A. O juiz somente apreciará a petição da ação de impugnação do registro depois de vencido o prazo de diligência a que se refere o § 3º.

.....

§ 7º A certidão de quitação eleitoral abrangerá exclusivamente a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, e a apresentação de contas de campanha eleitoral, independentemente da aprovação.

§ 8º



77D4F44151

I – condenados ao pagamento de multa, comprovem o pagamento ou o parcelamento da dívida regularmente cumprido, até o último dia do prazo legal para a formalização do pedido de registro;”

.....

§ 10. As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro de candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes que afastem a inelegibilidade ou a falta de condição de elegibilidade”.

§ 11. É assegurado ao cidadão e aos partidos políticos o parcelamento a que se refere o § 8º deste artigo, o qual pode ser efetuado em até sessenta meses, desde que cada parcela não ultrapasse, no caso de pessoa física, o limite de 10% de seus rendimentos.

.....

§ 13. Fica dispensada a apresentação, pelo partido, coligação ou candidato, de documentos produzidos a partir de informações detidas pela Justiça Eleitoral, entre eles os indicados nos incisos III, V, VI e VII.

§ 14. Havendo viabilidade técnica, o pedido de registro de candidatura poderá ser feito eletronicamente, via internet. (NR)”.

“Art. 13.

.....

§ 4º É vedada a substituição de candidatos que concorram a cargos majoritários, na condição de titulares, a menos de vinte dias da data da eleição de primeiro turno, e a menos de dez dias da data da eleição de segundo turno, salvo por motivo de falecimento ou doença grave comprovada por meios idôneos, hipóteses em que a substituição poderá ocorrer até a véspera da eleição. (NR)”.

“Art. 16.....

§ 1º Até a data prevista no caput, todos os pedidos de registro de candidatos, inclusive os impugnados, e os respectivos recursos,



77D4F44151

devem estar julgados em todas as instâncias da Justiça Eleitoral, e publicadas as decisões a eles relativas.

.....

§ 3º A não observância do prazo estabelecido no § 1º, sem que tenham sido envidados todos os esforços para cumpri-lo, como a realização de sessões extraordinárias ou a convocação de juízes suplentes, obrigará o encaminhamento de justificativa ao Conselho Nacional de Justiça, sem prejuízo da representação a que se refere o § 2º. (NR)”

“Art. 16-A.

§ 1º Os votos atribuídos a candidatos que concorram em eleições proporcionais com o pedido de registro sub judice, deferido ou não, no dia da eleição, serão computados para o respectivo partido ou coligação, independentemente de decisão judicial posterior à data da eleição pelo indeferimento do registro.

§ 2º Os votos referidos no § 1º serão divulgados pela Justiça Eleitoral, com a informação relativa à situação da candidatura. (NR)”.

“Art. 22

.....

§ 1º Os bancos são obrigados a:

I - acatar, em até três dias, o pedido de abertura de conta de qualquer comitê financeiro ou candidato escolhido em convenção, sendo-lhes vedado condicioná-la a depósito mínimo e a cobrança de taxas ou a outras despesas de manutenção.

II - identificar, nos extratos bancários das contas correntes a que se refere o caput, o CPF ou o CNPJ do doador.

..... (NR)”

“Art. 23.

.....



77D4F44151

§ 2º Doações estimáveis em dinheiro, a candidato específico, comitê ou partido, deverão ser feitas mediante recibo, assinado pelo doador.

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso, devendo a representação observar o rito previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 4º As doações de recursos financeiros serão sempre identificadas, e somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22, por meio de:

.....

II – depósitos em espécie até o limite fixado no § 1º deste artigo;

III – mecanismo em sítio do candidato, partido ou coligação na internet, permitido inclusive o uso de cartão de crédito ou de débito.

§ 4º-A Na prestação de contas das doações mencionadas no § 4º, é dispensada a apresentação de recibo, sendo sua comprovação realizada por meio de documento bancário que identifique o CPF ou CNPJ do doador.

.....

§ 7º O limite previsto no inciso I do § 1º não se aplica às doações estimáveis em dinheiro que tenham por objeto a utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador ou a prestação de serviços pelo próprio doador, desde que o valor doado não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). (NR)”

“Art. 24.

.....

§ 1º Não se incluem nas vedações de que trata este artigo as cooperativas cujos cooperados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos, desde que não estejam sendo beneficiadas com recursos públicos, observado o disposto no art. 81. (redação atual do parágrafo único).



77D4F44151

§ 2º O recebimento de doação por concessionário ou permissionário de serviço público na conta eleitoral de campanha somente acarretará sanções ao receptor se o montante recebido não for transferido ao Fundo Partidário até o prazo de entrega da declaração de contas definido no art. 29, inciso III. (NR)”.
.....

“Art. 28. A prestação de contas será feita na forma disciplinada pela Justiça Eleitoral.
.....

§ 5º Fica dispensada a comprovação, na prestação de contas, das despesas de natureza pessoal do candidato, tais como:

a) deslocamento em automóvel de sua propriedade e a remuneração de motorista particular;

b) alimentação e hospedagem;

c) uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três.
.....

§ 8º Ficam também dispensadas de comprovação na prestação de contas:

a) a cessão de bens móveis limitada ao valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa cedente;

b) doações estimáveis em dinheiro entre candidatos, Partidos ou Comitês Financeiros decorrentes do uso comum de sedes, de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrado na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa. (NR)”

Art. 30.
.....

§ 4º Havendo indício de irregularidade na prestação de contas, a Justiça Eleitoral requisitará diretamente do candidato ou do comitê financeiro as informações adicionais necessárias ou determinará diligências para a complementação dos dados ou saneamento das falhas.
.....



77D4F44151

§ 8º A desaprovação das contas de campanha sujeitará o candidato ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o montante das irregularidades detectadas, não cumulada com a multa prevista no § 2º do art. 18, no prazo de quinze dias do trânsito em julgado da decisão. (NR)”.
.....

“Art. 36-A. Não será considerada propaganda eleitoral antecipada vedada por esta Lei:

V – a manifestação político-eleitoral individual, vedado o anonimato, com ou sem pedido de voto, veiculada pela internet, observadas as disposições constantes dos artigos 57-A a 57-I.

VI - a realização de atividades típicas de pré-campanha, tais como as declarações públicas que levem ao conhecimento geral a pretensão de disputar eleições e as ações políticas que se pretende desenvolver, as manifestações de apoio a partidos e a pré-candidatos, entre outras, desde que não haja pedido explícito de votos, nem menção a número de candidato, utilização de símbolos de campanha, distribuição de panfletos, arrecadação de fundos, realização de comícios ou outras ações próprias do período de campanha eleitoral. (NR)”.
.....

“Art. 36-B. É livre a realização de atos de propaganda na convenção partidária.

§ 1º Na quinzena anterior à sua realização, bem como no curso da convenção partidária, poderão ser utilizados cartazes, faixas, panfletos, bandeiras e carros de som volantes.

§ 2º As regras que regem a propaganda durante a convenção partidária devem ser estabelecidas pelos órgãos nacionais dos partidos.

§ 3º Durante a convenção partidária, é permitido o fornecimento gratuito de alimentação e bebidas não alcoólicas aos participantes.”
.....

“Art. 37.
.....



77D4F44151

§ 5º Nas árvores, jardins, muros, cercas e tapumes divisórios, localizados em áreas públicas, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, mesmo que não lhes cause dano.

..... (NR)”

“Art. 39

.....

§ 5º

I – a promoção de comício;

II – a arregimentação de eleitor;

.....(NR)”

“Art. 39-A

.....

§ 5º São vedados, no dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som, a promoção de carreatas e a propaganda de boca de urna, aplicando-se aos infratores a multa de cinco a quinze mil reais para cada uma dessas condutas. (NR)”

“Art. 41.

.....

§ 2º O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral se restringe às providências necessárias para inibir práticas ilegais, sendo vedadas, entre outras, as seguintes condutas:

I – censura prévia sobre o teor dos programas a serem exibidos na televisão, no rádio ou na internet;

II – retenção por mais de quarenta e oito horas de carros de som e outros instrumentos de propaganda eventualmente apreendidos por propaganda eleitoral irregular;

III – criação de embaraços à realização de comícios em locais não proibidos por lei.



77D4F44151

§ 3º A prática das condutas previstas no § 2º enseja a apuração dos fatos em procedimento disciplinar instaurado mediante representação ao Conselho Nacional de Justiça por qualquer candidato, partido ou coligação, ou ainda pelo Ministério Público. (NR)”

“Art. 51.

.....

V – as inserções serão feitas nos intervalos da programação normal das emissoras, sendo vedada a veiculação de propaganda repetida no mesmo intervalo. (NR)”

“Art. 57-A.

Parágrafo único. É permitida, a qualquer tempo, a manifestação político-eleitoral individual, com ou sem pedido de voto, vedado o anonimato. (NR)”

“57-B. A propaganda eleitoral na internet, quando feita em sítio de partido ou candidato, será realizada apenas por meio de provedores de conteúdos e de serviços estabelecidos no País. (NR)”

“Art. 57-C. Na internet, é vedada:

I - a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga;

II – a veiculação de propaganda eleitoral, ainda que gratuita, em:

a) sítios mantidos por empresas de comunicação social na internet e sítios de notícias;

b) sítios oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c) páginas de acesso a correio eletrônico.

Parágrafo único. A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio



77D4F44151

conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). (NR)”

“Art. 57-F Os provedores de conteúdos e de serviços multimídia que hospedem a propaganda eleitoral de candidato, partido ou de coligação somente serão responsabilizados se, no prazo determinado pela Justiça Eleitoral, contado a partir da notificação de decisão judicial que a considere irregular, não tomarem providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente. (NR)”

Parágrafo único. A decisão judicial a que se refere o caput deve identificar, de modo preciso, o endereço eletrônico e o conteúdo cuja divulgação deva ser suspensa. (NR)”

“Art. 57-I

.....

§ 3º No caso de provedores de conteúdo de terceiros, a suspensão do acesso a que se refere o caput será determinada apenas ao perfil responsável pelo conteúdo que deixe de cumprir as disposições desta Lei. (NR)”

“Art. 58

.....

§ 3º Observar-se-ão, ainda, as seguintes regras no caso de pedido de resposta relativo à ofensa veiculada:

.....

IV – em propaganda eleitoral na internet:

.....

d) tratando-se de provedores de conteúdos de terceiros, a resposta será providenciada pelo responsável pela ofensa no mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, em até quarenta e oito horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido. (NR)”



77D4F44151

“Art. 73.

.....

VII – realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos liquidados no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.

.....

§ 1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, na circunscrição do pleito, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.

.... (NR)”

“Art. 78-B. A representação visando à aplicação das sanções previstas nos artigos 23 e 81 deverá ser ajuizada em até cento e oitenta dias após a diplomação”.

“Art. 78-C. Imediatamente após a diplomação, devem ser reunidas e julgadas conjuntamente, as ações ou representações fundadas nos artigos 30-A, 41-A e 73, desta Lei e no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, referentes a cada um dos eleitos.”

“Art. 81.

.....

§ 5º Aplica-se às doações de pessoas jurídicas o disposto nos parágrafos 2º, 4º, 4º-A e 6º do art. 23. (NR)”

Art. 5º Ficam revogados o § 4º do art. 175 e os artigos 319, 320 e 321 da Lei nº 4.737, de 1965; o § 3º do art. 32 e o inciso I do § 1º do art. 45 da Lei nº 9.096, de 1995; o inciso IX do art. 11 e os Anexos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.



77D4F44151

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) constituído pela Presidência da Câmara dos Deputados com o objetivo de promover ajustes à legislação eleitoral submete à apreciação do Plenário desta Casa a presente proposição, que altera o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições.

A presente proposta, elaborada sob a coordenação e a relatoria do Deputado Cândido Vaccarezza, foi fruto de uma construção coletiva a partir da efetiva contribuição dos membros do GT, dos líderes partidários, e de diversos operadores do Direito.

As premissas que orientaram o projeto foram:

- a) simplificar, desburocratizar e dar transparência ao processo eleitoral.
- b) evitar a judicialização excessiva do processo eleitoral;
- c) fortalecer a participação popular no processo eleitoral.

Sujeitando-se a tais balizas, o Grupo de Trabalho concluiu a etapa relativa à alteração da legislação eleitoral ordinária, contemplando propostas que, em síntese, podem assim ser descritas:

- a) Revisão do processo de registro de candidaturas.

A proposta dispensa os candidatos da entrega, para fins de registro, de documentos a cujo conteúdo a Justiça Eleitoral já tem acesso. Além disso, torna obrigatória a concessão de prazo de setenta e duas horas para que partidos e candidatos possam corrigir irregularidades documentais verificadas no pedido de registro, eliminando, assim, impugnações incabíveis.

- b) Vedação da substituição de candidatos em eleições majoritárias a menos de vinte dias da eleição, salvo em caso de morte.



Objetiva impedir substituições de candidatos sabidamente inelegíveis, apostando na impossibilidade de o eleitor tomar conhecimento da substituição feita na véspera da eleição. O prazo máximo de vinte dias permitirá a carga da urna com os dados do substituto e permitirá o conhecimento da substituição pelo eleitorado.

c) Quitação Eleitoral.

Ratifica a opção feita pelo legislador quando da aprovação da Lei nº 12.034/2009, no sentido de vincular a quitação eleitoral, entre outras exigências, à apresentação das contas de campanha, e não à sua aprovação. Essa proposta referenda e fortalece a interpretação atual da Justiça Eleitoral, mormente quando conjugada com a inovação da previsão de multa pela desaprovação das contas de campanha.

d) Votos de candidatos que concorrem com o registro *sub judice*.

A proposta valoriza a manifestação do eleitor no tocante à porção de seu voto para o partido ao qual está vinculado o candidato. A nulidade do voto do eleitor deverá operar tão somente no que se refere ao candidato, mantendo a contabilização dos votos para a legenda.

e) Prestação de contas de campanha.

A comprovação das doações financeiras para as campanhas eleitorais dar-se-á mediante a apresentação do extrato da movimentação financeira da conta bancária específica, no qual consta identificação dos doadores, dispensados os recibos em papel.

f) Doações recebidas de concessionários ou permissionários de serviço público.

Os partidos terão até o final do prazo de prestação de contas para verificar a legalidade da doação, sem que sofra sanção pelo mero recebimento em sua conta de campanha de valores cuja origem demanda análise da situação do doador. Os valores correspondentes às doações irregulares deverão ser transferidos para o Fundo Partidário.

g) Atividades de pré-campanha



Serão considerados atos da vida política normal, a qualquer tempo, as manifestações que levem ao conhecimento da sociedade a pretensão de alguém de disputar eleições ou as ações políticas que pretenderia desenvolver, desde que não haja pedido explícito de votos.

h) Uso das redes sociais na internet.

As redes sociais da internet devem ser consideradas inalcançáveis pela lei quando utilizadas para a livre manifestação individual do pensamento. Trata-se, com efeito, de verdadeiro estímulo à manifestação da sociedade sobre assuntos político-eleitorais.

i) Limitação do poder de polícia na propaganda eleitoral.

Não constitui prática salutar para a democracia a limitação arbitrária de atos legítimos de campanha eleitoral. Se não há vedação prevista em lei, não é aceitável qualquer limitação de tais atos.

j) Realização de novas eleições sempre que houver a cassação de registro de candidatos vitoriosos.

A proposta visa à valorização da manifestação do eleitor. Se o candidato mais votado tiver seu registro cassado pela Justiça Eleitoral, independentemente da margem de votos que tenha obtido, deverão ser realizadas novas eleições, sem que o segundo mais votado (portanto, derrotado) seja considerado eleito.

k) Fim da dupla filiação. Prevalecerá a última filiação.

A proposta objetiva suprimir a determinação da anulação de filiações partidárias simultâneas, fazendo prevalecer a última. Essa rígida regra tem produzido inúmeras injustiças, sobretudo por desconhecimento dos eleitores que se filiam.

l) Prestação de contas partidárias.

O projeto congrega vários dispositivos que facilitam e desburocratizam a vida partidária sem prejudicar a eficácia da fiscalização, sobretudo no tocante à prestação de contas do Fundo Partidário.

m) Propaganda partidária.



Com a revogação do inciso I do art. 45 da Lei dos Partidos, será possível a participação de filiados a outros partidos na propaganda partidária. Tal disposição reflete a vida política real, além de valorizar a autonomia partidária. A legenda deve avaliar se a participação de um filiado a outro partido está em consonância com seu ideário político.

n) Reunião de ações eleitorais para julgamento em um só ato.

As representações eleitorais decorrentes da prática de arrecadação ilícita de recursos de campanha, captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas a agentes públicos deverão ser reunidas e julgadas em só ato, visando à celeridade da prestação jurisdicional eleitoral.

Importa ressaltar que, no âmbito do Grupo de Trabalho, houve a apresentação de diversas outras sugestões não incorporadas, de imediato, ao texto, tais como a dispensa da prestação de contas por candidatos que não tenham realizado gastos, a proibição de propaganda realizada mediante placas fixas, novas datas para realização das convenções partidárias e para o período de campanha, e ainda a revisão da regulamentação de debates na internet.

A não incorporação de tais sugestões deve-se, primordialmente, à reflexão mais aprofundada que demandam. Tendo em vista a provável continuidade dos trabalhos do GT, com o intuito de elaborar uma nova legislação eleitoral, essas e outras sugestões deverão ser analisadas com o devido cuidado. Nada impede, vale lembrar, que sejam apresentadas ao Plenário, sob a forma de emendas por ocasião da apreciação do projeto.

Cumprе esclarecer que os integrantes do GT, subscritores do presente projeto de lei, podem discordar de um ou outro aspecto da proposição, havendo, por certo, concordância com a maioria das propostas e com o espírito de construção coletiva e democrática que a norteou.

Pela relevância do tema, esperamos o imprescindível apoio de nossos Pares para o aperfeiçoamento da legislação eleitoral.



Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado ILÁRIO MARQUES

Deputado MARCELO CASTRO

Deputado CARLOS SAMPAIO

Deputado SÉRGIO ZVEITER

Deputado ESPERIDIÃO AMIN

Deputado ANTHONY GAROTINHO

Deputado JÚLIO DELGADO

Deputado RONALDO CAIADO

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

Deputado ROBERTO FREIRE



77D4F44151

Deputada ROSANE FERREIRA

Deputado ANDRÉ MOURA

Deputado CLEBER VERDE

Deputado DANIEL ALMEIDA

Deputado CHICO ALENCAR

Deputado LUIS TIBÉ

Deputado ÁUREO

Deputado CHICO DAS VERDURAS

Deputado JOSÉ HUMBERTO

Deputado DR. GRILO

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI



77D4F44151